

O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL CENTRAL: UM ESTUDO SOBRE MATO GROSSO

1-Geografía de la América Latina en transformación política y social

Marta da Silveira Luredemann¹

Universidade Estadual Paulista - UNESP - Brazil

Introdução

O estado de Mato Grosso detém hoje 20% da produção nacional de soja com um dos maiores complexos sojíferos do mundo: o maior produtor individual do planeta, o atual governado do estado, Blairo Maggi, os maiores estabelecimentos industriais com capacidade para esmagamento de soja de transnacionais. Além disso, os maiores índices de produtividade (sc/ha) do mundo foram alcançados nos últimos anos.

Mesmo com fraca e pouco adensada rede urbana, além de ausência de regiões metropolitanas, o estado de Mato Grosso apresenta hoje um dos maiores índices de população urbana do país 79% - em virtude da economia secular de pecuária extensiva e da atual produção agrícola moderna em grandes latifúndios. Em 1960 havia aproximadamente 325 mil habitantes e em 2007 a estimativa é de 2.854 mil. Esse crescimento de 8,7 vezes do total da população em quase quarenta anos reflete as políticas de incentivo à agroindústria para a região centro-oeste. O estado de Mato Grosso apresenta importante movimento migratório desde de 1980, cujos fluxos migratórios mais significativos são paranaenses, aproximadamente 30% do total de imigrantes, paulistas (11%), mineiros (10%), sul mato-grossenses (9%) e nordestinos (7%).

As causas históricas que viabilizaram este movimentos migratórios são basicamente: a) o entrave da parcelização das terras na região sul do país, principalmente nas áreas da pequena e média produção mercantil frente a resistência dos grandes latifúndios; b) estímulo governamental à agricultura moderna no cerrado, na década de 1970, c) aumento da carestia e expropriação de pequenos proprietários de terras no nordeste.

O processo de acumulação

Considerando a formação sócio-espacial como categorial fundamental deste trabalho, foram levantados alguns fatores importantes para o processo de acumulação capitalista em Mato Grosso.

O primeiro fator considera o atual estado de Mato Grosso a partir da ocupação incipiente, com baixíssimos índices de habitantes por metro quadrado. Tal condição remete ao processo histórico do antigo Mato Grosso (até 1988 os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram unidos), cuja ocupação econômica ocorreu a partir do segundo grande surto minerador do Brasil colônia. O ano de 1719 data a chegada de tropas a pé de bandeira oriunda de Minas Gerais, que atingiu a porção centro-ocidental do atual estado de Mato Grosso, iniciando a exploração de ouro nas jazidas nas cercanias de Cuiabá. Desde então paulistas setecentistas deslocaram-se em massa para os sertões de Mato Grosso por via fluvial, originando um novo movimento das

¹ Eixo temático 1: *Geografía de la América Latina en transformación política y social*
Eixo temático 2: *Problemática de los espacios agrários*

bandeiras, denominado de monções. A mineração baseada nas atividades das bandeiras, ainda que sobre forte resistência dos guaicurus, promoveram gigantesco extermínio e esvaziamento das populações ameríndias em todo o espaço percorrido pelas monções. Após dez anos da Coroa buscar formas de escoar a produção de ouro sem os riscos de ataques indígenas da porção oeste da colônia portuguesa, em 1752, Vila Bela da Santíssima Trindade foi emancipada capital da Capitania, unido o Mato Grosso às capitanias do norte, através dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas. No fim do século XVIII, já se configurava pequenos núcleos ribeirinhos e aglomerados populacionais, conquistados à coroa portuguesa e à igreja católica, donde surgiram as primeiras paróquias do antigo território mato-grossense. Já no século XIX, ao entrar em decadência as principais jazidas na Capitania de Mato Grosso, o forte refluxo populacional garantiu apenas a produção pecuária (carne, couro, caldo, tração), de chá e mais tarde de açúcar, fortemente associada à região platina e especificamente ao pantanal.

O avanço da pecuária no Brasil central associou-se ao crescimento das principais cidades do sudeste brasileiro (Rio de Janeiro e São Paulo). A partir da década de 1920 a pecuária de corte atingia as franjas do atual Mato Grosso associada com pontuais áreas de garimpo de diamante e ouro, tais como Poxoréu e Itiquira. Posteriormente o gado e os garimpos se distribuíram pelo território e atuam hoje nos extremos do estado.

Assim, grande distância com os principais centros consumidores unida ao aumento do consumo urbano permitiu a exploração de grandes latifúndios extensivos em toda a extensão centro-sul do território do atual Mato Grosso, característico de todo planalto central brasileiro. Formou nessa área uma forte oligarquia pecuarista cujos proprietários eram de famílias oriundas do tempo das capitanias ou provenientes de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Os grandes fluxos de pequenos posseiros oriundos do nordeste do país ocorreram após as crises político-sociais no campo a partir da década de 1950 com o avanço do latifúndio pecuarista no sertão nordestino.

A partir das políticas de desenvolvimento instituídas inicialmente pelo governo Getúlio Vargas, seguida pelo Plano de Metas, o consumo urbano cresceu no sudeste e novas diretrizes para o centro-oeste foram traçadas: o Brasil Central, predominantemente pecuarista, apresentava vastas áreas de cerrado e chapadões pouco exploradas economicamente. Os esforços no desenvolvimento brasileiro se ampliaram, a construção de Goiânia (1942), o projeto de integração nacional presente na construção de Brasília e nas metas de transporte (rodovias e veículos) do governo Juscelino Kubitschek. Porém, será nos governos militares que o plano nacional de desenvolvimento que havia se delineado entre 1930 e 1960 terá um vigoroso impulso, influenciando decisivamente na economia, na sociedade e natureza de todo o centro-oeste.

Desde então, os cerrados mineiros, posteriormente os antigos estados de Goiás e Mato Grosso e a região norte foram espaço de ação da política de modernização e integração na nova divisão territorial do trabalho. Ao centro-oeste o acesso à terra de baixo valor, projetos de colonização, e políticas de crédito e apoio técnico da Empaer e Embrapa, atraíram pequenos, médios e grandes produtores principalmente dos estados do sudeste e sul do Brasil. Os vários contingentes populacionais de sertanejos oriundos do “Nordeste Seco” (Aziz Ab’Saber), os quais durante décadas marcharam a pé em direção ao planalto central ocupando pequenas glebas formaram a mão-de-obra dos latifúndios pecuaristas e posteriormente o semi-salariado das fazendas agrícolas.

A partir de 1970 verifica-se a primeira fase do desenvolvimento do capitalismo em Mato Grosso, em virtude dos investimentos governamentais em infra-estrutura de transporte, com a abertura de rodovias federais, via Plano de Integração Nacional (PIN),

implantado em 1970, acesso à terra e ao crédito ao produtor através de: Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) em 1971, ampliado para o Centro-Oeste, Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) em 1971, Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1971, e a Empresa Brasileira de Pesquisa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1972). O crescimento da economia e da população de Mato Grosso orientou na órbita do sudeste do País, evoluindo do extrativismo para a pecuária integrada com o abastecimento das grandes cidades do País e deste para a exportação de grãos.

A presença dos “pioneiros” – grandes empresários latifundiários e pequenos e médios produtores – do sudeste e sul do Brasil, cuja cultura da acumulação diferenciava da agricultura de subsistência, permitiu a forte concentração de terras na agropecuária. As primeiras tentativas frustradas da produção de algodão e de arroz sustentaram a concentração de terras pela falência. As levas de produtores que chegavam em Mato Grosso compravam o dobro ou até o quántuplo de terras com o dinheiro dos lotes que possuíam no estado de origem. Sem dívidas e com o apoio financeiro e técnico do governo, ocuparam o alto das chapadas sem gerar grandes conflitos com as oligarquias pecuaristas instaladas nos vales. Abriram o cerrado e palmilharam as serras aplainadas com a soja até alcançar o cultivar que melhor adaptasse as condições climáticas da região. A sojicultura permitiu a instituição definitiva da agricultura capitalista em Mato Grosso, retirou dos vales o poder político-econômico e inseriu o território na economia internacional.

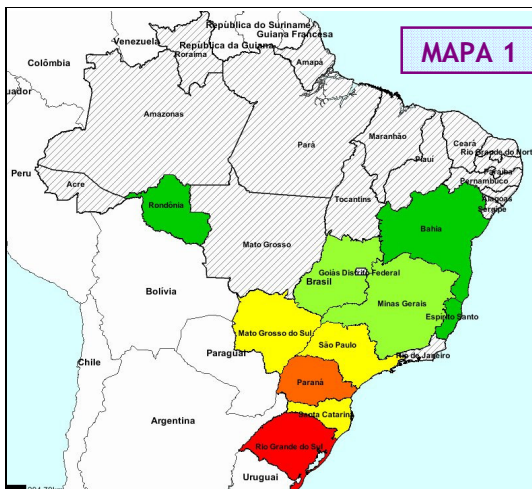
Vale ressaltar que sem a ação do governo federal nos vários níveis de atuação, não seria possível o processo de acumulação e concentração ocorrido pela agricultura da soja em tão curto espaço de tempo. A modernização do campo em São Paulo, data dos anos 1950, também em função do processo de industrialização pelo qual passava o país, via política estatal.

A instituição da economia sojifera transformou radicalmente a cultura dos agricultores, de produtores diretos muitos se transformaram em empresários capitalistas, porém sem nenhuma tradição para o comércio em grande escala. Ainda hoje, grande parcela da primeira geração de agricultores apresenta dificuldades na negociação de preços e na lógica da economia internacional, como é o caso da venda antecipada da produção e a negociação de preço das safras com as grandes multinacionais. Devido a isto, disseminou-se as consultorias, escritórios de compra e venda, associações e cooperativas de produtores. Os produtores de maior destaque são os produtores de sementes (sementeiras), entre eles destacam-se os grupos: Maggi, Garça Branca (holding de sete sementeiras), Sementes Mônica, Sem. Polato, Sem. Adriana, Sem. Bom Jesus. Dentre estes, a maioria também concentram a produção de sementes e pluma de algodão.

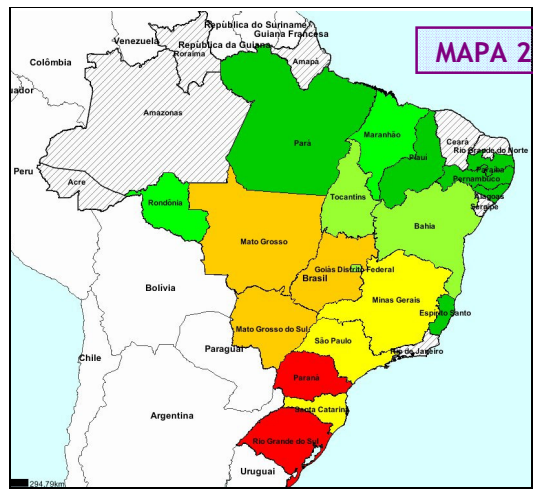
Em entrevista na AMaggi, do grupo Maggi, os funcionários estimaram que a empresa detinha cerca de 350 mil hectares próprios e 150 mil arrendados. Calcula-se que o grupo detenha mais de meio milhão de hectares em Mato Grosso, além de novas aquisições terras em Rondônia, Roraima e Amapá. Também em entrevista com representante da Sementes Mônica, verificou-se que a empresa detinha mais 150 mil hectares de terras próprios em Mato Grosso e aproximadamente 100 mil hectares na Bolívia – destino da expansão de grande número de sojicultores matogrossense.

Veja a seguir o avanço da soja no território brasileiro no período de 1975 a 2007.

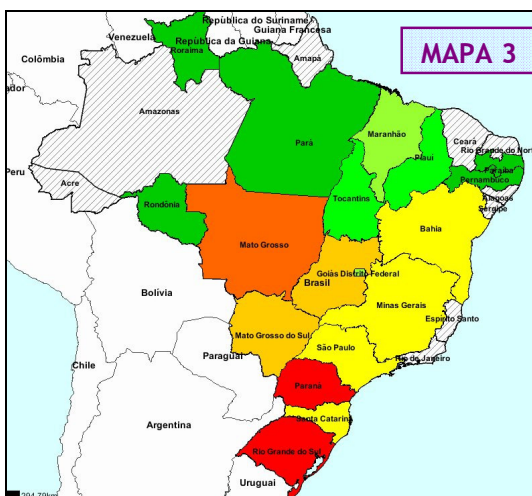
Brasil: Área colhida de soja (ha.) por unidades da Federação – 1975 a 2007



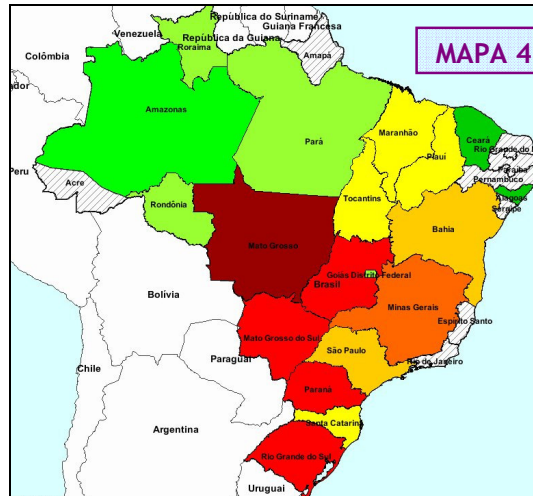
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1975.



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1985.

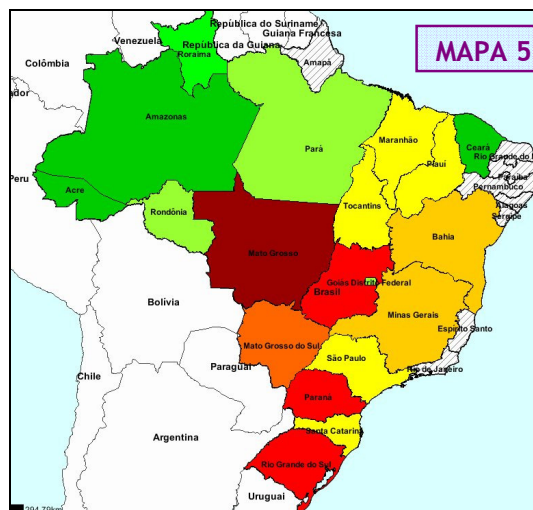


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1996.



Fonte: IBGE. PAM, 2005.

Legenda		
SOJA - Área colhida (Hectare)		
Cor	De	Até
	100	1.000
	1.001	10.000
	10.001	100.000
	100.001	500.000
	500.001	1.000.000
	1.000.001	2.000.000
	2.000.001	5.000.000
	5.000.001	7.000.000
	Ausência de dados	



Fonte: IBGE. PAM, 2007.

As recentes transformações na organização do espaço matogrossense

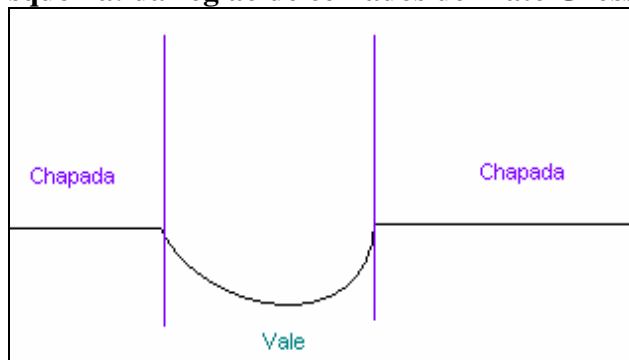
Conforme Aziz Ab'Saber (2000) o cerrado está em processo de extinção desde a década de 1970. Considerando que há trinta anos a questão ambiental não estava em pauta, apenas o Clube de Roma havia se manifestado, preocupado estrategicamente com a autonomia dos países do Terceiro Mundo. Os relatos de entrevistas colhidas em diversos momentos convergiam para uma concepção de natureza inesgotável, oriunda da idéia do desbravamento. Nos encontros ou reuniões com produtores rurais, muitos alegavam que para limpar as terras para o plantio, os trates alcançavam as margens dos rios, os terrenos eram quase 100% utilizados. Neste contexto, a porção sudeste do estado, área mais antiga da sojicultura, teve sua mata nativa quase toda derrubada. Pouco se observa de mata ciliar e raramente se verifica vegetação original.

Com o contínuo crescimento dos preços no período 2000-2004, a sojicultura avançou até os terrenos arenosos em vários municípios, alterando assim o preço da terra, inclusive em áreas de vales. O grande avanço da sojicultura nas regiões norte e nordeste de Mato Grosso, que garante o título de estado com maior desmatamento desde 2001.

Por outro lado, o crescimento populacional associado à agricultura moderna permite o surgimento de várias novas cidades e núcleos urbanos. Normalmente as cidades cuja economia predominante é a sojicultura a tendência é se desvincular territorialmente das antigas oligarquias. Se a área de um município comporta chapada e vale, a tendência é a autonomia da chapada com a sojicultura, em detrimento das áreas de vale predominantemente pecuaristas. Em 2004, era visível a quantidade de novos municípios constituídos nestas condições: Primavera do Leste (soja) se emancipara de Poxoréu (garimpo e gado) em 1998; Campo Verde (soja), de Dom Aquino (gado e cana); Rondonópolis (soja) emancipou São José do Povo (gado), em 1989; Ouro Branco (soja e látex) em processo de divisão de Itiquira (gado); entre muitos outros casos.

As cidades mais pobres são aquelas cuja economia se baseia na pecuária, na cana-de-açúcar e no garimpo, apresentam os menores níveis de renda *per capita* e baixos índices de IDH.

Esquema: da região de cerrados de Mato Grosso.



A maior parte dos empregos se destina às serviços, comércio e agroindústria, permitindo que as cidades associadas ao agronegócio apresentem maior dinamismo frente às zonas de pecuária extensiva e de cana-de-açúcar. Como é o caso de Rondonópolis, terceira maior cidade do estado cuja economia concentra-se na agroindústria.

O boom do preço da soja no mercado internacional no início do século XXI promoveu a ampliação das lavouras de soja no Brasil, particularmente em Mato Grosso, que se transformou no maior produtor do país. Novos rearranjos espaciais estão se delineando em função das áreas produtivas e das saídas de escoamento para os principais portos: sistema rododiferroviário na porção sudeste, em direção ao porto de Santos (SP) e rodoviário nas porções noroeste, em direção a Porto Velho (RO), e mais recentemente na porção norte, em direção aos portos de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA), controlados pelo Grupo Maggi e Cargill, respectivamente. No porto de Santos, o maior terminal graneleiro automatizado do país está sendo construído em consórcio com a participação das empresas Bunge e Maggi.

Na mesorregião sudeste de Mato Grosso, no município de Rondonópolis, localizam-se as sedes das principais empresas do agronegócio de grãos e plumas do estado: Grupo Maggi, Sementes Adriana, Sementes Mônica, Grupo Garça Branca, Polato e Sachetti.

A crise da sojicultura (2004/2005) em Mato Grosso promoveu a reorganização da parcela mais sensível dos produtores de grãos, dos pequenos e também de parte dos médios proprietários, que vem buscando culturas alternativas na substituição parcial ou completa da soja como forma de sobrevivência nos períodos de superprodução. No caso dos grandes produtores, a saída foi política: o período eleitoral funcionou como “balcão de negócios”, permitindo ampliar as reivindicações da bancada ruralista. Desta crise surgiu a APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso), uma associação com ênfase no produtor direto e, em segundo plano, no capital nacional. A saída aplicada pela política estadual consiste na atração de indústrias da cadeia de produção agrícola para se instalarem no estado. Contudo, o período de crescimento acelerado da produção de soja que antecedeu a presente crise, promoveu forte modificação no meio ambiente em virtude da abertura de novas terras para o plantio de soja em Mato Grosso e nos estados vizinhos.

Em virtude do modelo instituído para a produção de commodities no cerrado brasileiro, com crescente utilização de capital intensivo, baseado no latifúndio, a concentração de terras ampliou intensamente nos períodos 1985-1995 e mais recentemente no período 2000-2005. Com a recente política do biodiesel, há novamente interesse dos grandes produtores em ampliar a produção em áreas de fronteira (Rondônia, Pará, Amazônia, Tocantins, etc), o que põe em relevo a questão ambiental.

A centralização do capital no comércio de grãos e no esmagamento aprofundou-se a partir dos anos 1990. O ABCD da soja, consolida o oligopólio das grandes tradings no Brasil: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus. O ABCD atua independente, em vários segmentos do agronegócio (cana-de-açúcar, café, soja, milho, laranja, cacau, trigo, etc.) e em várias frentes de investimentos tais como infra-estrutura de armazenagem e transporte (portos, rodovias, ferrovias, etc.).

No estado de Mato Grosso a desnacionalização do esmagamento de soja foi da ordem de 100%, a partir da venda das fábricas de esmagamento da Sadia e da Ceval. A norte-americana ADM (Archer Daniels Midland Company), está entre as maiores empresas de agronegócio do mundo e a maior de álcool etanol dos EUA. Através da aquisição da unidade de esmagamento da Sadia, tornou-se a maior empresa processadora de soja no Brasil. Somente na unidade de Rondonópolis, a ADM esmaga dois milhões de toneladas ao ano. A empresa quase ampliou a capacidade de esmagamento de soja na unidade de Rondonópolis de 3,5 mil toneladas ao dia para 6,5 mil toneladas – mais de 50% da capacidade de esmagamento da empresa no País. A Bunge do Brasil representa hoje 50%

do faturamento da Bunge mundial, graças a aquisição das empresas brasileiras Santista e Ceval. Desta última, a Bunge incorporou o complexo industrial de esmagamento de soja em Rondonópolis, transformando-o no maior do Brasil, com capacidade de esmagamento de 5 mil toneladas ao dia de soja (em 2002) e com ampliação da capacidade de refino e envasamento para produção de 31 milhões de litros de óleo ao mês. Também a Bunge investe na concessão da BR-163 e na automação do porto de Santos. A Cargill é proprietária do porto graneleiro de Santarém (PA), e investe na Ferroban (Feronorte) e na Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163). O grupo francês Dreyfus, é um dos mais diversificados em Mato Grosso a empresa investiu em uma nova unidade de esmagamento em Alto Araguaia, junto ao terminal da Feronorte, com capacidade de esmagamento de 3 mil toneladas diárias.

O Grupo Maggi, de capital nacional, proprietário da maior produção individual de soja do mundo, controla o transporte graneleiro no porto de Rondônia, detém um porto em Itacoatiara (AM) e investe na modernização do porto de Santos (SP). Detém duas fábricas de esmagamento e óleo degomado em Cuiabá e Itacoatiara, processando juntas 3,5 mil toneladas por dia. Com a estratégia de dobrar a capacidade de esmagamento, a empresa irá construir fábrica de esmagamento em Lucas do Rio Verde. Isto demonstra que os investimentos diretos estão sendo ampliados em Mato Grosso e caracteriza transformações profundas no espaço em decorrência da produção de soja. Além disto, a especulação imobiliária e o avanço da lavoura para novas áreas de fronteira causam o desmatando das áreas de floresta.

Estima-se que aproximadamente 80% do endividamento do produtor em Mato Grosso provém dos insumos – em grande parcela, oriundos de importações e comercialização controladas por grandes tradings internacionais (Bunge, Cargill, ADM, etc.) –, de forma que o repasse do governo ao setor agrícola, indiretamente ou não, termina concentrado nas transnacionais que controlam o setor. Recentemente, o Ministério da Agricultura incorporou novas medidas para prorrogação dos financiamentos de custeio da safra 2005/06: aos sojicultores do sul e sudeste passará de 50 a 55% e das regiões norte, nordeste e centro-oeste, 80%. Por outro lado, a quebra da safra 2004/05 do Rio Grande do Sul, por ocasião da estiagem prolongada, mitigou em parte os efeitos da crise no centro-oeste.

Dentre os principais estados produtores de grãos, o Mato Grosso se destaca no crescimento recente da produção de soja com fortes inversões em máquinas e equipamentos. Uma colheitadeira de grãos, por exemplo, não custa menos de meio milhão nas concessionárias. Como se observa abaixo, as vendas caíram apenas nos períodos de crise da soja 1994/1995 e 2004/2005.

Brasil: vendas internas de máquinas agrícolas automotrizes 1994 – 2007 (unidades)

Estados	Colheitadeiras										Total máquinas agrícolas automotrizes									
	1994	1995	1996	1997	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1994	1995	1996	1997	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Paraná	762	275	292	412	1.535	1.411	1.216	293	212	649	8.912	2.165	1.827	2.638	7.416	6.755	5.943	2.054	2.190	4.535
R. Grande Sul	812	255	149	291	1.138	932	1.035	204	248	641	5.455	2.271	1.553	2.974	7.188	5.657	6.123	2.385	2.973	4.941
Mato Grosso	977	253	146	422	1.247	1.298	1.346	273	213	385	3.151	811	545	1.341	4.328	4.451	4.514	769	752	1.665

Os insumos são os principais itens da pauta de importação do estado, 70% do total, sendo apenas os cloretos de potássio responsáveis por 37% do total, ou 150 milhões de dólares.

Para conter os custos de transporte, a política tende a reduzir as exportações através do Porto de Paranaguá (PR) e ampliar o escoamento via Itacoatiara, Ponta da Madeira, Santarém. Contudo, há ainda necessidade da ampliação da capacidade e modernização do Porto de Santos onde concentra os maiores investimentos do setor no Brasil.

No Porto de Santos, por exemplo, houve o investimento – sem licitação... – de um sistema de expedição de soja no Terminal Marítimo do Guarujá (Termag) com mais de 4 km de correias que interligam a ferrovia com os navios, criando um novo terminal graneleiro, o Terminal Graneleiro do Guarujá (TGG), e um sistema de recepção de insumos agrícolas fruto do consórcio entre os grupos Maggi, Bunge, e Ferronorte. O investimento nos dois sistemas do TGG foi de mais de R\$ 53 milhões.

A fatia do agronegócio nas exportações brasileiras, desde 2002, oscila entre 30% a 40%, sendo a soja a commodity de maior participação.

BALANÇA COMERCIAL BRASIL E MATO GROSSO – 2008 - 2007

INDICADORES	US\$ FOB					
	BRASIL			MATO GROSSO		
	2008	2007	Δ%	2008	2007	Δ%
EXPORTAÇÃO	197.942.442.909	160.649.072.830	23,21%	7.812.346.163	5.130.866.400	52,26%
IMPORTAÇÃO	173.196.633.755	120.617.446.250	43,59%	1.277.115.664	753.285.172	69,54%
BALANÇA COMERCIAL	24.745.809.154	40.031.626.580	-38,18%	6.535.230.499	4.377.581.228	49,29%
INTERCÂMBIO COMERCIAL	371.139.076.664	281.266.519.080	31,95%	9.089.461.827	5.884.151.572	54,47%

Fonte: FIEMT

O fator agregado nas exportações de Mato Grosso: 88% básico, 8% semi-manufaturado e 4% manufaturado. Dentre os principais produtos exportados por Mato Grosso, em 2008, os produtos do complexo da soja representam mais de 70% do total exportado – sendo a soja *in natura* responsável por quase 50% deste total –, seguido pelo segmento de carnes (12%), Milho (7%), algodão (5%), madeira (2,5%) e minerais (1%) (ouro e diamante). Ver tabelas abaixo.

MATO GROSSO - EXPORTAÇÕES 2007 / 2008 JANEIRO A DEZEMBRO

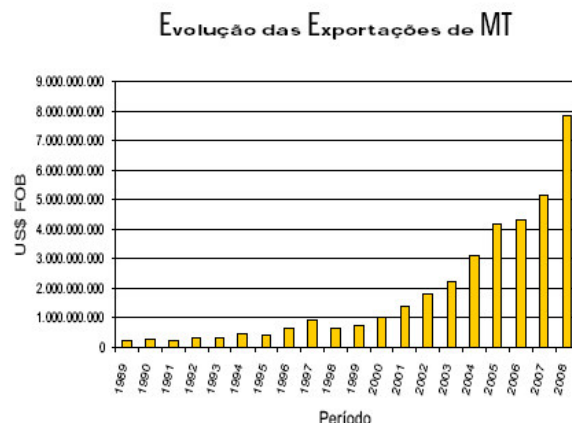
Janeiro a Dezembro

DISCRIMINAÇÃO	Em US\$ Milhões FOB		Participação (%)	
	2008	2007	2008	2007
COMPLEXO SOJA	5.492.242	2.911.932	70,3	56,8
CARNES	944.882	816.981	12,1	15,9
MILHO	573.340	662.886	7,3	12,9
ALGODÃO	436.036	293.876	5,6	5,7
MADEIRA	194.972	245.946	2,5	4,8
MINERAIS	89.109	93.119	1,1	1,8
COURO	65.648	76.096	0,8	1,5
OUTROS	16.117	30.031	0,2	0,6
TOTAL GERAL	7.812.346	5.130.866	100,0	100,0

Fonte: FIEMT

EXPORTAÇÕES DO ESTADO DE MATO GROSSO 1989 - 2008

ANOS	TOTAL US\$ FOB	EVOLUÇÃO
1989	185.423.125	
1990	253.995.508	36,98%
1991	223.600.794	-11,97%
1992	310.906.681	39,05%
1993	329.545.756	6,00%
1994	468.033.355	41,42%
1995	426.251.858	-8,54%
1996	659.307.976	54,68%
1997	927.090.727	40,62%
1998	652.661.330	-29,60%
1999	741.095.223	13,55%
2000	1.033.353.505	39,44%
2001	1.395.758.000	35,07%
2002	1.795.791.839	28,66%
2003	2.186.158.358	21,74%
2004	3.102.504.242	41,92%
2005	4.151.610.987	33,81%
2006	4.333.376.419	4,38%
2007	5.130.866.400	18,40%
2008	7.812.346.163	52,26%



Fonte: FIEMT

Os dois principais países de destino das exportações mato-grossense são a China (20%) e os Países Baixos (15%), o primeiro importa para consumo interno e o segundo para comércio internacional. Entre as grandes regiões geográficas, os países da União Européia concentram 42% das exportações e a Ásia 35% (ver quadro abaixo).

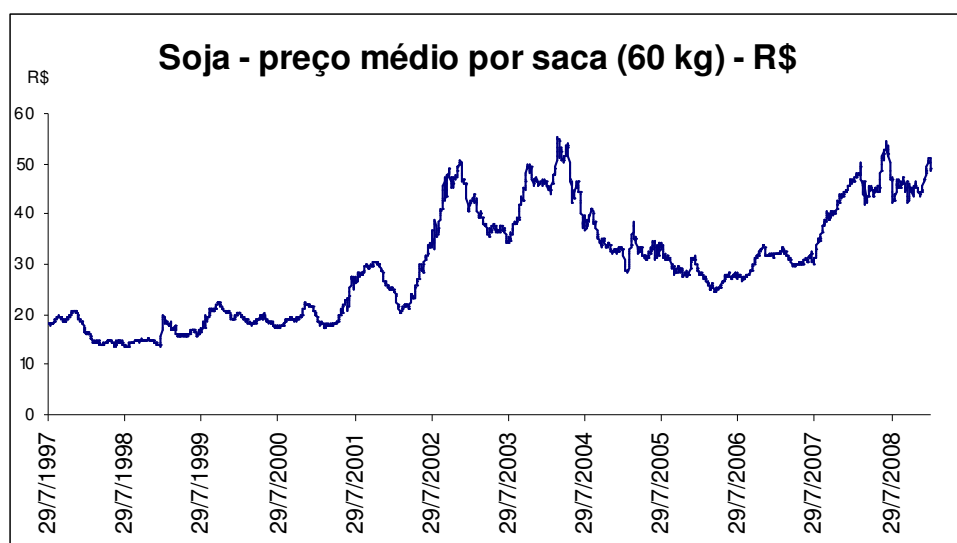
EXPORTAÇÕES DE MATO GROSSO - POR BLOCOS ECONÔMICOS JANEIRO / DEZEMBRO					
BLOCOS	2008		2007		US\$ FOB
	Total	Part. %	Total	Part. %	Δ 2008/2007
Total Expo MT	7.812.346.163		5.130.866.400		
UNIÃO EUROPÉIA	3.313.687.437	42,42%	2.533.689.524	49,38%	30,79%
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	1.198.275.915	15,34%	744.323.943	14,51%	60,99%
ESPAÑA	739.997.437	9,47%	505.907.590	9,86%	46,27%
ITALIA	308.093.534	3,94%	319.597.200	6,23%	-3,60%
FRANCA	291.263.963	3,73%	187.883.740	3,66%	55,02%
REINO UNIDO	252.142.450	3,23%	172.384.478	3,36%	46,27%
ÁSIA	2.733.572.059	34,99%	1.448.957.900	28,24%	88,66%
CHINA	1.542.828.375	19,75%	776.797.748	15,14%	98,61%
TAILANDIA	433.408.700	5,55%	181.900.943	3,55%	138,27%
COREIA, REPUBLICA DA (SUL)	158.625.301	2,03%	110.995.347	2,16%	42,91%
PAQUISTÃO	115.843.834	1,48%	64.114.142	1,25%	80,68%
HONG KONG	111.791.815	1,43%	84.275.961	1,64%	32,65%

Anualmente o governo estadual investe de alternativas de escoamento para o oeste, em estudo recente verifica-se a forte oposição à concentração portuária no sudeste e sul, apontando a alternativa rodo-ferroviária para portos do Pacífico.

Desde o início dos anos 2000, em vista do déficit de crescimento do PIB industrial do Brasil instaurado pela política neoliberal, no período imediatamente posterior 1989, particularmente a adoção das diretrizes do Consenso de Washington, os novos contornos da emergência da agricultura de exportação no cenário econômico nacional ocorre frente a reconversão das nações “em desenvolvimento” em exportadores de matérias-primas. Atualmente, o governo brasileiro necessita dos bons resultados da agricultura de

exportação, como fonte de divisas. Deste modo, e ainda sob a supervisão da OMC (Organização Mundial do Comércio), esta relação de mútua dependência entre setor agropecuário e Estado, está alinhavada com a política cambial, a única política que promove o crescimento econômico. Contudo, também se deve a esta política a recente crise no setor de agronegócio, desencadeada pelo desajuste cambial do início e do fim da safra 2004/2005 – dado que os produtores se endividaram com a importação de insumos com o câmbio desvalorizado, em 2004, e colheram a safra com câmbio valorizado em 2005.

A desnacionalização da indústria nacional, associada à política monetária de controle da inflação e redução de déficit orçamentário, além da desvalorização cambial, tem redirecionado os investimentos para o setor agroindustrial. A vocação agrária do Brasil ressurge como alternativa ao déficit “galopante” da balança comercial nos anos 1990. Diferentemente das décadas anteriores, a transferência de capitais intersetoriais pautada na política de substituição de importações foi desmontada. O setor de agronegócio voltado para o mercado externo tornou-se mais importante no índice de crescimento do País, porém precisa de política específica, com o objetivo de atenuar os períodos recessivos ou mesmo o crescimento em “bolhas” – devido principalmente às oscilações do preço da soja no mercado internacional, como se observa abaixo.



Fonte: CEPEA/ESALQ.

Considerações finais

Em decorrência da grande expansão agrícola no estado observa-se o crescimento de externalidades negativas. São elas: a questão ambiental e as relações de trabalho. No primeiro caso, a poluição das águas, o desmatamento e as queimadas são os problemas mais graves a serem enfrentados pela sociedade. No segundo caso, o aumento dos investimentos no setor primário em áreas de fronteira agrícola, nem sempre são acompanhados de elevação na condição de vida dos trabalhadores.

Neste contexto, a sojicultura em Mato Grosso tem sido nos últimos anos o carro-chefe do progresso do estado, responsável pela elevação da composição técnica da agricultura, bem como pela ampliação dos investimentos em infra-estrutura e formação da classe

empresarial no setor do agronegócio. Em simultaneidade com o mercado internacional, a produção agrícola mato-grossense tem concentrado capital e terras, em processo de intensa inovação tecnológica. Por outro lado, em função da sojicultura, são verificadas economias externas e internas que permitem a formação de novos investimentos na diversificação de culturas (algodão, girassol), além da modernização da produção de atividades consolidadas (pecuária bovina, suína e avicultura) ou em processo de expansão (lavoura de cana-de-açúcar, milho, silvicultura).

Referência Bibliográfica

- AB'SABER, A. N. *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALBANO, C. (org.) *Plano de Metas - Mato Grosso (1995-2006)*. Cuiabá: Frente Cidadania, 1994.
- BERNARDES, J. A. “As Estratégias do Capital no Complexo da Soja”. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. (orgs). *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 2ª ed.
- BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. de; MARQUES, R. W. da C. “Crescimento Agrícola no Período 1999-2004, Explosão da Área Plantada com Soja e Meio Ambiente no Brasil”. *Texto para Discussão*, nº 1062, IPEA, Rio de Janeiro, janeiro de 2005.
- BOYER, R. *A Teoria da Regulação: Uma Análise Crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- CORRÊA, D. S. “Fusões Aquisições de Empresas no Brasil: Concentração de Capital e Desnacionalização da Economia”. *Ciência Geográfica*, ano X, vol X (2), p. 121-127, maio/agosto 2004.
- CASTRO, A. B. de. *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 1972. 2ª ed.
- CHOLLEY, A. “Observações sobre Alguns Pontos de Vista Geográficos”. In: *Boletim Geográfico*. nº 179 (1ª parte, p. 139-145), nº 180 (2ª parte, p. 267-276). Rio de Janeiro: IBGE, 1964, p. 139-145 e 267-276.
- ESTADO DE MATO GROSSO. *Diagnóstico Econômico*, vol II, Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso, 1973.
- FARINA, E. M. M. Q. “Organização Industrial no Agribusiness”. In: ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. F. (orgs.). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: Indústria de Alimentos, Indústria de Insumos, Produção Agropecuária, Distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- FUNDAÇÃO MT. *Boletim Técnico da Soja*.
- FUNDAÇÃO MT. *Boletim de Pesquisa de Soja*.
- GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e Crescimento da Firma: um Estudo de Organização Industrial*. São Paulo: Zahar, 1982.
- HOLLANDA FILHO, S. B. “Livre comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições”. *Est. Econ.*, São Paulo, 28 (1): 33-75, janeiro-março 1998.
- _____. “A Organização Mundial do Comércio e os Países em Desenvolvimento”. *Texto para Discussão*. nº 1, IPE/FEA-USP, 2001.

- IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Brasil, vol. 28. 1997-2001. IBGE: Rio de Janeiro, 1997. (em mídia).
- IBGE. *Censo Agropecuário*. Mato Grosso, vol. 24. 1995-1996. IBGE: Rio de Janeiro, 2002. (em mídia).
- IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Brasil, vol. 30. IBGE: Rio de Janeiro, 2003. Mimeo.
- IBGE. PAM. <http://sidra.ibge.gov.br>
- IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA, 2001.
- JANK, M. S. “O Agribusiness Brasileiro e as Negociações Internacionais”. *Revista de Política Agrícola*, ano XI, nº 03, Jul/Ago/Set 2002.
- MAMIGONIAN, A. “O Enigma Brasileiro Atual: Lula será Devorado?” *Ciência Geográfica*, ano X, X (2), p. 127-131, maio/agosto 2004.
- _____. “Localização Industrial no Brasil: Notas Metodológicas e Exemplos”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 51, São Paulo, AGB, jun 1976a.
- _____. “Notas sobre os Frigoríficos do Brasil Central Pecuário”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 51, São Paulo, AGB, jun 1976b.
- _____. “O Processo de Industrialização em São Paulo”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, São Paulo, AGB, mar 1976c.
- MIRANDA, L. e AMORIM, L. *Atlas Geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2001 (1ª ed).
- MONTEIRO, C. A. de F. *Geossistema: A História de uma Procura*. São Paulo: Contexto, 1995.
- _____. “O Estudo Geográfico do Clima”. *Cadernos Geográficos*, ano I, nº 1, maio 1999. Florianópolis: DG/ CFH / UFSC.
- PASSOS, Messias Modesto dos. *A Construção da Paisagem no Mato Grosso - Brasil*. Maringá: Mestrado em Geografia - UEM; Presidente Prudente: PPGG-ECT-UNESP, 2000.
- PÓVOAS, L. C. *Mato Grosso: um Convite à Fortuna*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- RANGEL, I. *Ciclo, Tecnologia e Crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 2ª ed.
- _____. “História da Dualidade Brasileira”. *Revista de Economia Política*, 4 (1), São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS (prefácio e organização de José Graziano da Silva).
- ROESSING, A. C.; PAZINATO, J. P.; ROESSING, M. “Influência da Taxa de Câmbio na Variação da Área de Soja e Renda” *Revista de Política Agrícola*, Ano XI, nº 04, Out/Nov/Dez 2002 e Ano XII, nº 01, Jan/Fev/Mar 2003. p. 37-44.
- SANTOS, Milton. “Sociedade e Espaço: a Formação Social como teoria e como método”. *Boletim Paulista de Geografia*. nº 54, São Paulo: AGB-SP, jun/1977.
- _____. *Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, J. Graziano da. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, C. A. F. da. *Grupo André Maggi: Corporação e Rede em Áreas de Fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. F. (orgs.). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: Indústria de Alimentos, Indústria de Insumos, Produção Agropecuária, Distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000.